

“QUEM DÁ AOS POBRES, EMPRESTA A DEUS”: APONTAMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DO ASYLO DOS INVÁLIDOS DA PÁTRIA

Beatriz Rietmann da Costa e Cunha

Professora do Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ).

Doutoranda em Educação - Universidade Federal Fluminense /UFF.

E-mail: beatrizrietmann@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho discute o processo de criação do Asylo dos Inválidos da Pátria, em 1868, e as relações deste com a Associação Comercial da Corte. Procuo refletir acerca das práticas educativas do exército nesse período, no que tange à dimensão assistencial, buscando identificar as forças que definiram a existência do Asylo, enquanto instituição destinada a abrigar e educar militares e seus órfãos desvalidos. Constituem fontes para este estudo os relatórios ministeriais, as atas da Associação, os Anais do Parlamento do Império, em que ocorre o debate sobre a necessidade da criação do Asylo e a eficácia da política de recolhimento.

Palavras-chave: Política asilar; Assistencialismo; Práticas educativas do Exército.

“WHO GIVES TO THE POOR, BORROWS TO GOD”: NOTES FROM A STORY OF THE ASYLO DOS INVÁLIDOS DA PÁTRIA”

ABSTRACT

This research aims to understand the creation process of the Asylo dos Inválidos da Pátria, in 1868, and the connections with the Associação Comercial da Corte. I seek to reflect about the educational practices undertaken by the Army at this period, specially over the welfare prism, identifying the defining forces to the Asylo's existence, as a institution doomed to educate militaries and his defenseless orphans. This paper was based upon sources from: ministerial reports, Associação's acts, Annals of the Empire's Parliament, in which occurs the debate over the necessity to create the Asylo and the effectivity of collect's policy.

Keywords: Asylum's policy; Welfare; Army's educational practice.

“QUEM DÁ AOS POBRES, EMPRESTA A DEUS”: APONTAMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DO ASYLO DOS INVÁLIDOS DA PÁTRIA¹

Beatriz Rietmann da Costa e Cunha

Neste trabalho, procuro refletir acerca de uma das práticas de escolarização do exército no período imperial, notadamente em sua dimensão assistencial, buscando identificar as forças que definiram a existência e o funcionamento do Asylo dos Inválidos da Pátria, enquanto instituição destinada a abrigar e educar militares e órfãos de militares desvalidos. Para tanto, busquei compreender as relações estabelecidas entre o referido Asylo e a Praça do Comércio do Rio de Janeiro, investigando, ainda, a possibilidade de sua criação estar inserida em um modelo assistencialista de formação e de atendimento da população mais pobre.

Acompanhando um movimento internacional, surgiram várias instituições asilares: o Asylo de Mendicidade da Corte, criado em 1876, conhecido como “mansão dos pobres”, o Asylo de Meninos Desvalidos, fundado em 1875 e a Associação Protetora da Infância Desvalida, impulsionada em 1871, pela Câmara Municipal (MARTINEZ, 1997), além daquelas destinadas a acolher e educar crianças consideradas incapacitadas, como o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, criado em 1854, e o dos Surdos-Mudos, em 1857. Essas iniciativas, entretanto, não se restringiram à Corte, conforme indica a pesquisa de Irma Rizzini (2004), que concentrou seus estudos sobre crianças desvalidas na Amazônia.

As discussões na Câmara dos Deputados nos dão algumas indicações nessa direção, como o projeto do deputado Manoel P. Motta, propondo a criação de um asilo para mendigos e indigentes em Porto Alegre (sessão de 15/05/1855) ou, ainda, os do deputado Henrique Limpo de Abreu, sendo que um deles previa a criação de um asilo para inválidos e outro, um asilo rural para expostos, órfãos e desvalidos (sessão de 19/06/1865).

No que tange ao enquadramento dos asilos no modelo institucional cumpre recorrer ao conceito formulado por Erving Goffman (1974) acerca das instituições totais:

Uma disposição básica da sociedade moderna é que o indivíduo tende a dormir, brincar e trabalhar em diferentes lugares, com diferentes co-participantes, sob diferentes autoridades e sem um plano racional geral. O aspecto central das instituições totais pode ser descrito como a ruptura das barreiras que comumente separam essas três esferas da vida. (p. 17)

¹ Uma versão resumida deste trabalho foi apresentada no VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, realizado em Uberlândia-MG, em 2006.

Nesse sentido, as instituições criadas para cuidar de pessoas julgadas incapazes ou inofensivas são exemplos de instituições totais, como as casas para cegos, velhos, órfãos e indigentes (GOFFMAN, 1974, p. 16).

Caetano Furquim de Almeida, em 1865, durante uma discussão na Praça do Comércio sobre patriotismo e as formas de ajudar a nação naquele momento de guerra, ilustra o surgimento de algumas dessas instituições asilares:

Temos fundado palacios para os indigentes, para os doudos, para os surdos mudos, para os cegos, etc., etc. O Hospital da Misericórdia e Hospicio de Pedro II são dois monumentos do seu gênero. É digno de louvores e de subido apreço à caridade que tem por fim socorrer os desherdados da especie humana, quem quer que sejam; mas com quanta maior razão não devemos socorrer aquelles que se tornarão desgraçados no serviço da patria? Os primeiros são apenas desgraçados que merecem sim toda compaixão, mas a quem a patria nada deve: os segundos são desgraçados a quem a patria deve socorro e asylo, porque no serviço della é que se tornarão desgraçados. (*Jornal do Commercio*, 26/02/1865)

Tais estabelecimentos, criados sob a égide da caridade e da filantropia, integram um processo de institucionalização maciça pautada, segundo Michel Foucault (2003), por uma estratégia de normalização que, exercida em nome do poder do Estado ou das exigências da sociedade, transformou-se em critério de divisão dos indivíduos.

Enfim traçar o limite que definirá a diferença em relação a todas as diferenças, a fronteira externa do anormal (a “classe vergonhosa” da Escola Militar). A penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeniza, exclui. Em uma palavra, ela *normaliza*. (grifo do autor) (FOUCAULT, 2000, p. 152-153)

Com esse projeto de controle social, pretendia-se, de um lado, solucionar a questão visível da miséria urbana e da consequente mendicância, que comprometia o “brilho” do progresso das nações, tão caro ao discurso civilizatório do século XIX, e, de outro, atender à preocupação com a higiene pública, um pré-requisito essencial para a entrada na modernidade.

Norbert Elias (1993), que trabalhou detalhadamente o conceito de civilização, concluiu que este nada mais “expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo”, sintetizando todos os aspectos, nos quais a sociedade ocidental, dos últimos dois ou três séculos, se julga superior a sociedades mais antigas ou a contemporâneas ditas “primitivas”. Desse modo, continua Elias, “com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de *sua* tecnologia, a natureza de *suas* maneiras, o desenvolvimento de *sua* cultura científica ou visão de mundo, e muito mais” (p. 23).

Assim, no Brasil, mais precisamente na Corte Imperial, o confinamento em instituições surgia também como uma solução higiênica para o problema dessa população desassistida e/ou julgada incapacitada, ajudando na construção de uma sociedade civilizada nos trópicos (GONDRA, 2004). Nas palavras do Presidente da Província do Rio de Janeiro, é possível depreender essa concepção:

Os ébrios e mendigos, vadios, arruadores turbulentos, jogadores de profissão, órfãos desvalidos, filhos sem pai, moços sem officios, donzelas sem amparo, são outros tantos parasitas da árvore social que he mister extirpar-lhe do tronco opportunamente, convertendo-lhe a aptidão em trabalho, que he riqueza.²

Esse tipo de preocupação também aparece na esfera militar, como atesta o processo de criação do Asylo. Para auxiliar a fundamentação da pesquisa, procedi ao exame da “Descrição topographica e histórica da Ilha do Bom Jesus e do Asylo dos Inválidos da Patria”, obra rara, localizada no Arquivo Histórico do Exército. Publicada em 1869, pelo capelão do Exército Manoel da Costa Honorato, encarregado do ensino no referido Asylo e, também, cônego honorário da Catedral e Capela Imperial.

A análise desse livro pressupõe um esforço para compreendê-lo em seu lugar de produção, na perspectiva de Michel de Certeau (1982), buscando entender quais eram as práticas nele representadas e de que forma a educação assistencial era justificada pelo cônego.

É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam. (CERTEAU, 1982, p. 66-67)

Para tanto, trabalhei com a obra do cônego, considerando a perspectiva de que as fontes não são as práticas. Elas não podem ser apanhadas tal qual aconteceram, sendo possível delas apreender apenas alguns elementos.

Patriotismo e caridade: as discussões sobre a criação do Asylo

Ainda no período regencial, encontra-se referência à preocupação de se criar um local específico que abrigasse militares invalidados em serviço, possivelmente justificada pelo número de vítimas envolvidas na guerra farroupilha, que ocorria no Rio Grande do Sul. É o que consta no relatório do ministro José Clemente Pereira, que cita o decreto nº43 de 11/03/1840, do regente Araújo Lima, criando asilos para inválidos militares na Corte e nas províncias do Pará, Rio Grande de

² Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro, Manoel de Souza França apresentado a Assembléia Legislativa Provincial, 1841, p.12.

São Pedro e Mato Grosso. Neste, o ministro invoca a aprovação do Poder Legislativo, sem a qual essa iniciativa não poderia subsistir, justificando, assim, a necessidade do asilo:

E como poderá, Senhores, a Nação, sem injustiça, negar a sua protecção a tão beneméritos servidores, que, combatendo pelos seus direitos, receberão graves feridas, que os collocarão na impossibilidade de adquirirem pelo trabalho os meios de sua subsistência, ou que, por huma dedicação não vulgar, envelhecerão no serviço do Estado, e forão reformados porque as forças lhe faltarão para continuarem a servir? (Relatório do Ministro da Guerra, 1841, p. 14)

Um outro decreto, de nº 244 de 30/11/1841, autorizou o governo a criar, nas imediações da Corte, estabelecido na Fortaleza de São João, um asilo de inválidos, em virtude de uma resolução da Assembléia Geral Legislativa. Num editorial da imprensa, assinado por *Tebyriçá*, há um registro das condições desse asilo:

Acreditamos que a idéa da formação de um asylo para os veteranos tinha sido despertada em muitas pessoas; nós mesmos já a tivémos desde que ha annos visitámos na fortaleza de São João a miserável choupana onde, com o nome de *Asylo de inválidos*, se recolhião tres ou quatro infelizes que se querião utilizar de tão mesquinha esmola (*Jornal do Commercio*, 27/02/1865).

As condições geradas pela Guerra do Paraguai (1864/70) reavivaram o problema dos inválidos e possibilitaram a mobilização de vários setores da sociedade em torno de temas como patriotismo e caridade. A questão que se colocava era: como colaborar com a Nação no esforço de guerra? Outros grupos avocaram para si a primazia da iniciativa, no entanto, o grupo mais atuante nessa discussão foi, sem dúvida, o dos capitalistas, congregados em torno da Praça do Comércio da Corte.

Assim, no dia 23 de janeiro de 1865, um grupo de negociantes encaminhou uma representação à comissão central da Praça do Comércio, no sentido de requerer a convocação de uma reunião geral de todos os negociantes, capitalistas e proprietários nacionais, a fim de discutir e adotar a forma mais conveniente de concorrer para as necessidades do país naquela situação de crise, enfatizando, ainda, o dever patriótico e a importância do engajamento do setor na campanha geral em defesa do patrimônio comum.

Essa representação foi assinada pelo Dr. Caetano Furquim de Almeida e por José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho, o Visconde de Tocantins, respectivamente, tesoureiro e presidente da Praça do Comércio, além de outros 12 comerciantes.

A reunião aconteceu no dia 25 de fevereiro de 1865 e o *Jornal do Commercio* acompanhou os debates, que giraram em torno de como seria essa ajuda ao país. Uma subscrição, conforme defendia o Dr. Thomaz Alves, ou um empréstimo, como pretendia o Dr. Caetano Furquim?

Thomaz Alves Junior acreditava que o empréstimo, além de não satisfazer as necessidades prementes da guerra, incorreria em um maior endividamento da nação.

Desse modo, lança a proposta de realização de uma subscrição em todo o Império, como forma de sensibilização e difusão da ideia de fundar um asilo que abrigasse os militares invalidados ou soldados envelhecidos sem meios de subsistência, além de amparar os seus dependentes, considerando ser essa a melhor forma de contribuir com a nação no esforço de guerra.

Embora preferisse o empréstimo, por considerar que a subscrição poucos recursos forneceria para as grandes necessidades da guerra, o Dr. Caetano Furquim, citando outras instituições congêneres na Europa, concordou com a proposta de Alves Junior e julgou que o produto da subscrição deveria ter uma aplicação mais visível e imediata.

Sou de opinião que o producto da subscrição que tratamos de realizar seja destinado para o estabelecimento de um asylo para o soldado que se inutilisar no serviço do Estado, o qual se intitule *asylo dos invalidos da patria*. Tem a França o seu monumental hotel dos invalidos, possui a Inglaterra seu magnifico hospital de Greenwich, porque não teremos nós em ponto mais pequeno nosso *asylo dos invalidos da patria*? (*Jornal do Commercio*, 25/02/1865)

Entretanto, a ideia da subscrição gerou críticas na imprensa. O colunista “C.”, apesar de reconhecer o mérito da iniciativa, considerou que não era decente “andar-se pelas repartições públicas a exigir-se que os empregados subscrevão, sangrando os seus vencimentos, no entanto que ha pelos cofres publicos grandes esbanjamentos” (*Jornal do Commercio*, 26/02/1865).³

Organiza-se a Sociedade do Asylo dos Inválidos da Patria

Resultou da reunião na Praça do Comércio, a proposta de uma subscrição no intuito de angariar fundos para a construção do asilo, cujo produto seria entregue à administração de uma sociedade, criada com essa finalidade que, sob a proteção do Imperador, se encarregaria de edificá-lo.

Dessa forma, em 25 de fevereiro de 1865, organizou-se a Sociedade do Asylo de Inválidos da Pátria, cujos estatutos foram aprovados através do decreto imperial nº 3904 de 3/07/1867. Pertencendo ao governo a administração e o regime do asilo, cabia ao Imperador a nomeação do presidente e vice-presidente, sendo a maioria dos sócios beneficentes composta por membros da Praça do Comércio.

Segundo Figueiredo e Fontes (1958), um dos principais incentivadores da criação do Asylo foi o Visconde de Tocantins. Membro de uma família ilustre de políticos e militares, irmão do Duque

³ Segundo Mattos (2004, p. 189), o *Jornal do Commercio* integrava o grupo conservador da imprensa do século XIX, difundindo o princípio conservador através de valores e opiniões. Em pouco tempo, tornava-se o jornal de maior circulação no país, prestigiado, especialmente, pela “boa sociedade”.

de Caxias e presidente do Banco do Brasil, onde figurava na relação dos duzentos maiores acionistas (*Jornal do Commercio*, 5/12/1866).

Assim, a Sociedade do Asylo dos Inválidos da Pátria foi constituída com os seguintes objetivos, conforme estabelecido no Art. 1º de seu estatuto:

Auxiliar o governo na fundação e custeio de um Asilo, ao qual fossem recolhidos os servidores da Pátria, invalidados em serviço; proteger a educação dos órfãos, filhos dos militares mortos em campanha, ou mesmo quando destacados no serviço das armas; socorrer as mães viúvas e filhos dos militares mortos, ou impossibilitados do serviço em combate. (HONORATO, 1869, p. 87- 90)

No que concerne ao envolvimento do imperador na causa do Asylo, de acordo com o cônego Honorato (1869), este pode ser verificado, tanto pela grande doação à subscrição, como também pelo empenho em acompanhar as obras e pela forma como prestigiou a inauguração, “além de grande parte da escravatura da fazenda de Santa Cruz que mandou trabalhar nas obras do asylo; e ainda hoje elle não se esquece um só dia dos inválidos” (pp. 18-19). Como sinal de reconhecimento do imperador, vários componentes do corpo comercial que haviam concorrido para a criação do Asylo foram agraciados com as mais altas comendas concedidas pelo Império.

Para dar consecução ao projeto do Asylo, instituiu-se uma comissão central que se encarregou de expedir várias circulares: aos redatores dos jornais, a 434 câmaras municipais, aos juizes de direito, aos presidentes de todas as províncias, às praças comerciais do Império e aos representantes do Brasil na Europa.

O teor das circulares era bastante semelhante e nelas divulgou-se a proposta do Corpo Comercial da Corte de realizar uma subscrição, apelando para os sentimentos patrióticos e beneficentes e apontando vantagens resultantes da criação do Asylo: além de atender aos inválidos, proveria abrigo, educação e sustento aos órfãos e concederia pensões às mães, viúvas e filhas dos militares, mortos ou inválidos.

Esses aspectos aparecem destacados nas circulares como elementos de civilização e progresso, procurando-se ressaltar a importância do Asylo como abrigo contra a miséria e a mendicância. Compartilhando a preocupação com a visibilidade da pobreza urbana, encontramos comentários na imprensa, quando da formação da Sociedade do Asylo dos Inválidos:

Eis chegado o momento de não permittir que o nosso invalido, soldado mutilado no campo da batalha, se veja compellido a vir depois esmollar o pão da miséria, e ter por abrigo, na hora do repouso o céu com suas estrellas, e que assim desprezado, só tenha maldições para a pátria ingrata que aproveitou suas forças e o abandonou na fraqueza em que se acha? É tempo de acabar estes tristes factos, que se podem apontar, porque existem, de ser ver a viuva, a mãe, os orphãos abandonados; aquellas succumbindo ao peso do trabalho, para não se

sacrificarem na carreira dos vícios; e estes, sem educação, tendo diante de si um futuro horrível e fatal. (*Jornal do Commercio*, 25/02/1865)

Iniciada a subscrição, o Sr. José L. Montefiore, um dos componentes da comissão, na qualidade de diretor do *London and Brazilian Bank Limited*, ofereceu o transporte gratuito do produto da subscrição. Outros vários oferecimentos foram publicados no jornal, como o do bacharel Daniel Pedro Ferro Cardoso, oferecendo-se para fazer, gratuitamente, os planos para a construção do Asylo.

Os anúncios dão indícios de que a possibilidade de ajudar na educação e assistência aos órfãos de militares foi um fator de grande mobilização, em virtude do número de ofertas, como é possível constatar nos exemplos seguintes:

O Sr. capitão de engenheiros João Pedro de Gu(?) Vasconcellos Ma(?)z offereceu do seu soldo 3\$ mensais(?) e o seu prestimo como professor de sciencias physicas e mathematicas para ensinar orphãos admittidos no asylo; (...) Os lentes do collegio Marinho, 1:000\$ para as urgencias do Estado e cinco lugares no seu estabelecimento para outros tantos filhos de militares mortos na actual guerra, aos quaes alem do ensino fornecerão todos os objectos de que carecem. (*Jornal do Commercio*, 28/02/1865 e 2/03/1865).

Contudo, de acordo com o relatório da comissão central encarregada de agenciar os donativos, reunida em 1/12/1866, a subscrição ainda não era suficiente para concretizar o Asylo. Atribuía a pouca contribuição não à falta de caridade, mas sim a descrença da população que esperava a ideia se concretizar para, então, atender a solicitação.

O recrudescimento da Guerra do Paraguai aumentou as doações e já no relatório final de prestação de contas da Sociedade do Asylo dos Inválidos, apresentado à assembleia geral dos sócios, no dia 25 de janeiro de 1867, constava que “nunca uma causa publica despertára, no Brazil, tão subido numero de sympathias!” (HONORATO, 1869, pp. 116-117). Foi apresentado um resumo das subscrições arrecadadas na Corte, na província do Rio de Janeiro e em outras províncias do Império, sendo a doação da Casa Imperial de 10.000\$000 e o total arrecadado no período, segundo o relatório, foi de 362.847\$359.

A leitura mais atenta do demonstrativo do movimento de caixa da Sociedade confirma a mobilização referida anteriormente, cujo intuito foi sensibilizar a opinião pública para a situação dos órfãos e dos inválidos de guerra. Promoveram-se bailes, espetáculos musicais e teatrais em favor do projeto do Asylo e organizaram-se leilões. Já as doações vieram desde a elite, como o presidente da província de Goiás ou o Barão do Triunfo, até as pessoas comuns, como se pode confirmar:

Do mascara Voluntário da Pátria, metade da collecta que fez nos dias de carnaval.....41\$300
De José Joaquim Vieira Veiga, conductor da carroça n.328, preço da desistência do processo que contra elle tinha intentado João Domingues Pereira.....40\$000. (HONORATO, 1869, p. 76-80)

A campanha contou também com a participação de Castro Alves, poeta engajado, que compôs um poema para ser recitado numa festa em benefício dos órfãos do Paraguai, em outubro de 1867 (FIGUEIREDO e FONTES, 1958) no Gabinete Português de Leitura da Bahia, intitulado **“Quem dá aos pobres, empresta a Deus”**, de onde foram extraídos os seguintes versos:

E foram grandes teus heróis, ó pátria,
- mulher fecunda que não cria escravos -
que ao trom da guerra soluçaste aos filhos:
“Parti - soldados, mas voltai-me bravos!”
E qual Moema desgrenhada, altiva,
eis tua prole que se arroja então,
de um mar de glórias apartando as vagas
do vasto pampa ao funéreo chão.
.....
Mas já que as águias lá no sul tombaram
e os filhos d’águias o Poder esquece...
é grande, é nobre, é gigantesco, é santo!
Lançai - a esmola - e colhereis - a prece!
Oh! Dai a esmola... que, do infante lindo
por entre os dedos da pequena mão,
ella transborda... e vai cair nas tumbas
do vasto pampa ao funéreo chão.

(Citado por COSTA E CUNHA, 1972, p.48)

Diante do prolongamento inesperado da guerra e do número crescente de inválidos e órfãos, volta a discussão a respeito da criação do asilo e sobre a eficiência da política asilar, como é possível constatar neste parágrafo do relatório da comissão central:

È hoje na velha Europa questão duvidosa a efficacia dos asylos para os invalidos, embora ali se veja obras soberbas para esse fim [...]: sustentando muitos a preferencia de se deixar o invalido livre na escolha de sua moradia e trabalho, recebendo do estado a pensão e socorro que as leis crearão ou crearem. (HONORATO, 1869, p. 118)

Embora defendendo o livre arbítrio do inválido em recolher-se ou não ao Asylo, a comissão não dispensava a sua criação justificando que este seria lugar obrigatório para aqueles que, mesmo com a existência da instituição, recorressem à mendicância. Ademais, lá encontraria amparo no fim da vida e o consolo moral de ver a educação aperfeiçoada de seus filhos, do que a comissão conclui que “o asylo se deve fazer como necessário ao futuro do nosso exercito e armada”. (HONORATO, 1869, p. 118)

Sobre o caráter compulsório do asilamento para mendigos, é possível evidenciá-lo na discussão ocorrida, cerca de um ano após a inauguração do Asylo, entre o senador Silveira da Motta e o então ministro da guerra, o Barão de Muritiba. Interpelado pelo senador a respeito dos vencimentos dos soldados inválidos esmolando pelas ruas da Corte, o ministro responde:

...[em referência] aos soldados invalidos, dir-lhe-ei que a nenhum ainda se negou a residencia no asylo de invalidos; quando se encontram alguns que andam esmolando pelas ruas, a policia tem ordem, o quartel general tem o maior cuidado de os fazer recolher immediatamente ao asylo dos invalidos, onde percebem soldo, etape, e somente cedem a pensão que tem, para as despezas do asylo. As despezas com este estabelecimento são já avultadas, mas nem porisso o governo tem recusado diante da conveniencia de sustentar o estabelecimento para não se darem as scenas, que o nobre senador reprova (*Senado do Império*, sessão de 14/09/1869).

Esse pronunciamento denota os cuidados em coibir a mendicância, manifestados tanto pelo ministro quanto pelo senador, e deixa transparecer de que maneira o Asylo se prestaria a essa finalidade.

Uma outra questão que mobilizou a comissão central foi o local de instalação. Deveria ser o asilo construído fora ou dentro da cidade ou, ainda, aproveitar-se-ia algum estabelecimento já existente? Os membros da comissão opinaram pela edificação dentro da cidade, em lugar que reunisse as condições de higiene e salubridade, e que fosse acessível e visível aos olhos dos estrangeiros, visto ser o Asylo “um monumento de gloria nacional”, prova eloquente de nossa civilidade, segundo se pode depreender:

Si á vista prompta e rapida do Hospital da Misericordia e do Hospicio de Pedro II, não póde o estrangeiro deixar de conhecer e confessar que damos signal evidente de nosso progresso e civilização, á vista prompta e rapida do Asylo dos Invalidos da Patria dará uma confirmação ainda mais authentica e plena para o mais incredulo. (HONORATO, 1869, p. 119)

No que se refere à utilização de algum estabelecimento, a opção da comissão foi aproveitar algum dos conventos existentes na Corte, sugerindo que o que melhor se prestaria à edificação do Asylo seria o convento da Ajuda, mediante imediata desapropriação pelo Estado.

Nesse sentido, foi publicada no *Jornal do Commercio* uma proposta para o uso de conventos como asilos, o que representaria uma economia para os cofres públicos. Dias depois, aparece o oferecimento dos religiosos do Convento de Santo Antonio e das religiosas d’Ajuda, cedendo seus conventos para esse fim (*Jornal do Commercio*, 27/02/1865 e 2/03/1865).

Essa opção pelo uso de conventos para a instalação do Asylo mal pôde disfarçar um anticlericalismo que se relaciona com o fim das ordens religiosas,⁴ manifestado tanto pela imprensa como pelos membros da comissão em seu relatório:

A extinção das ordens religiosas é uma questão resolvida no século, e resolvida já entre nós desde que o governo imperial sabiamente prohibio a entrada do noviciado. Pois bem, quando temos tão urgente necessidade de um edificio para servir de Asylo dos Inválidos, para que não havemos desde já desapropriar um desses edificios, que mais tarde têm de ser entregues ao silencio, á solidão, ao abandono, senão á fins menos lícitos, e nobres como aconteceu em Portugal? (HONORATO, 1869, p. 119)

Com efeito, a escolha recaiu sobre o antigo convento dos franciscanos, situado na baía da Corte, na ilha do Bom Jesus, considerada de clima salubre, o que justificou, segundo o cônego Honorato (1869), que ali houvessem se estabelecido hospitais, a partir de 1824, para tratamento de doentes das epidemias que acometeram a Corte. Tendo em vista as doenças e diante da existência de um quadro de infraestrutura urbana absolutamente deficitário na Corte Imperial, como apontado por José Gondra (2004), eram justificáveis as preocupações de ordem higiênica demonstradas na escolha do local para o Asylo. A opção pela Ilha do Bom Jesus revelou-se oportuna, apta a resguardar a saúde dos asilados, por ocasião dos vários surtos epidêmicos ocorridos na cidade. De acordo com os relatórios ministeriais, o número de óbitos no Asylo foi pequeno, se comparado à Corte.

Desse modo, as boas condições da ilha do Bom Jesus são enfatizadas pelo ministro João Lustosa da Cunha Paranaguá, ao apontar as razões que moveram o governo a escolhê-la para o estabelecimento do Asylo de Inválidos da Pátria: isolamento das habitações vizinhas, o terreno ser elevado, favorecendo o escoamento da água, exposição aos raios solares e por ser “lavada por todos os ventos, não deverão sobre ella influir os miasmas da vizinhança” (Relatório do Ministro da Guerra, 1867).

O único inconveniente citado era a falta de água potável, que foi solucionado pelos engenheiros militares através de uma obra em que, segundo o cônego, “conseguirão ser os primeiros em

⁴ Ponto crítico nesse processo anti-religioso foi a proibição da admissão ao noviciado, através de Aviso do Ministro da Justiça Nabuco de Araujo, em 1855, o que poderia levar, em médio prazo, à extinção das ordens.

collocar canos submarinos na grande America do Sul” (HONORATO, 1869, p. 38), trazendo a água da caixa de São Cristóvão até a ilha, por baixo do mar.

Organização e funcionamento do Asylo dos Inválidos da Pátria

O antigo convento custou ao patrimônio da Sociedade do Asylo 97.000\$000 em dinheiro e 60.000\$000 em apólices da dívida pública e nele foram feitas várias obras no intuito de adaptá-lo para abrigar a instituição.

Através do Aviso do Ministério da Guerra, de 21/04/1867, foram baixadas as instruções para a organização e funcionamento do Asylo, que ficava sujeito ao regime e disciplina militar e teve como primeiro comandante o Ten. Cel. Manoel da Cunha Barbosa. Dentre as atribuições do capelão, figurava a de ensinar a ler e escrever aos inválidos e seus filhos, para o qual contaria com um ajudante, que poderia ser um dos empregados do estabelecimento.

Para tanto, o Asylo contava com uma escola primária nos mesmos moldes daquelas previstas para as fábricas do exército, além de oficinas e um horto para o trabalho obrigatório dos asilados. As oficinas de sapateiros e alfaiates só foram implementadas em 1871, conforme o relatório ministerial indica:

Não convindo que continuassem na ociosidade as praças d’este estabelecimento, muitas das quaes, embora inaptas para o serviço do exercito, podem contudo applicar-se a qualquer ramo da industria e contribuir para a produção do paiz em proveito seu e da sociedade, fôrão creadas duas officinas, de alfaiates e de sapateiros, de conformidade com a art. 21 do respectivo Regulamento. (Relatório do Ministro da Guerra, 1872, p. 71-73)

De acordo com as instruções, a renda do estabelecimento constaria das contribuições das praças do asilo, dos donativos particulares, das etapas⁵ dos oficiais e praças, de um terço da quantia proveniente da venda de objetos fabricados pelos asilados nas oficinas e da soma resultante da venda dos produtos do horto. O restante do produto das oficinas ficava em proveito do asilado que exercesse o respectivo ofício.

Já a escola de primeiras letras instalada no Asylo não teve muito desenvolvimento. Cumpre acrescentar que um fator relevante para o insucesso da escola foi, de um lado, a redução acentuada do efetivo de asilados, conforme será visto adiante e, principalmente, devido “à negação que os soldados têm para o estudo, preferindo ser presos a irem para a escola”,⁶ de acordo com o relatório de seu comandante.

⁵ O que o soldado consome diariamente em marcha ou acampado, a palavra vem do francês *étape*.

⁶ Relatório do Comandante João Antonio Almeida, anexo ao *Relatório do Ministro da Guerra*, 1874, p. 3.

Estava previsto também um espaço destinado a ser a penitenciária, um mecanismo interno de repressão e castigo aos asilados que não tivessem bom comportamento, podendo ser expulsos do Asylo aqueles que se mostrassem reincidentes. No entanto, a despeito de tal mecanismo de repressão, os incidentes disciplinares não foram raros no Asylo, haja vista a adoção sistemática da exclusão de asilados, como forma de manter a ordem e acabar com as rixas e conflitos entre eles.

Figura 1: Asylo dos Invalidos da Pátria (1869)



Fonte: Contra-capa do livro *Descrição topographica e histórica da Ilha do Bom Jesus e do Asylo dos Invalidos da Pátria*, pelo seu capelão Manoel da Costa Honorato. Foto da autora. Original no Arquivo Histórico do Exército.

“Cumprio se enfim a palavra!”. Assim começa a notícia sobre a inauguração do Asylo dos Inválidos da Pátria, no feriado 29 de julho de 1868, data escolhida por ser aniversário da princesa Isabel (*Jornal do Commercio*, 30/07/1868). A cerimônia revestiu-se de grande importância, tendo em vista o destaque conferido pela imprensa em geral e o grande número de autoridades do governo presentes à solenidade. Compareceram toda a família imperial e sua corte, além de

vários ministros, o corpo diplomático estrangeiro, o corpo comercial, o alto clero, muitos oficiais estrangeiros e outros convidados.

Um indicativo da expectativa de grande afluência do público à inauguração é o anúncio publicado pelo Dr. Thomaz Rayney, gerente da Cia. Ferry, colocando à disposição do público a barca S. Sebastião, pelo preço de 2\$ ida e volta, sendo que a metade da venda bruta seria doada em benefício do Asylo (*Diario do Rio de Janeiro*, 26 e 29/07/1868).

A cerimônia foi bastante divulgada pelos jornais da época. Vários noticiaram a solenidade, sendo que o *Diario*, num tom menos laudatório que o *Jornal do Commercio*. Ambos fazem descrições do Asylo, bem como o cônego Honorato que, como indica o título de sua obra, também expõe com riqueza de detalhes as instalações e o surgimento do Asylo.

No capítulo em que é descrita a inauguração é possível identificar alguns aspectos relevantes para este trabalho. Quando descreve a guarda de honra da festa, ao referir-se aos corpos de menores artilheiros perfilados, Honorato (1869) justifica a educação assistencial praticada, tanto nas Escolas de Artífices do Exército, quanto nas Escolas de Aprendizizes Marinheiros, como é possível inferir de suas palavras:

... o espectador, contemplando a ordem e disciplina, ao mesmo tempo via o amparo da miseria pela orphandade, ou pela indigencia de seos paes, e mais, não corrompidos ainda pelo vicio, se educavão convenientemente para garantia da paz e tranquillidade do paiz. (p. 22-23)

Segundo o relatório da Sociedade do Asylo dos Inválidos da Pátria, em 31 de julho de 1869, um ano após a inauguração, viviam lá cerca de 2.048 asilados, além de 42 prisioneiros paraguaios e 6 irmãs de caridade, estas encarregadas da enfermaria, da cozinha e da lavanderia. (HONORATO, 1869).

Entretanto, o exame dos relatórios ministeriais dos vinte anos subsequentes à fundação do Asylo aponta para uma redução paulatina no efetivo de asilados, principalmente em relação às praças. Dentre as causas mais frequentes apresentadas nos relatórios para o número de baixas estão a reincorporação às tropas, a deserção e, em maior número, a transferência para outras províncias, visto que a maioria das praças não era natural da Corte, pois eram, em sua maioria, recrutadas em outras províncias, principalmente as do Nordeste.

Essa redução de pessoal foi, em parte, uma das alegações do governo para inviabilizar a escola de primeiras letras, que deixou de funcionar em 1877, bem como as oficinas, que tiveram o pouco desenvolvimento atribuído à rotatividade, à movimentação constante das tropas no Asylo, o que impediria o aprendizado dos ofícios. Como é possível verificar no relatório do Marquês do Herval:

A escola de primeiras letras deixou ultimamente de funcionar por não se ter podido colher della o proveito desejável, em vista da falta de aptidão da maior parte das praças asyladas, devida já ao estado valetudinario de umas, já á avanzada idade de outras. As officinas de alfaiates e sapateiros, cuja receita, embora pouco avultada, attingia contudo á somma precisa para fazer face à despeza com aquisição de matéria prima necessária e com a modica remuneração que, na forma do § 4º do Art. 30 das Instruções em vigor, se abonava as praças empregadas nesses trabalhos, deixaram também de funcionar, desde Março do corrente anno, por falta de pessoal habilitado (Relatório do Ministro da Guerra, 1878, p.37).

Somente em 1885, o governo acenaria com a possibilidade de restabelecer as oficinas (Relatório do Ministro da Guerra, 1885, p.47), o que não foi possível atestar se de fato ocorreu, por falta de informações. Já a escola voltou a funcionar regularmente, em 1886, frequentada pelas praças, filhos de oficiais e crianças moradoras na Ilha, regida pelo Dr. Joaquim Bagueira do Carmo Leal, 2º cirurgião do Corpo de Saúde do Exército, que, servindo no Asylo, assumiu as funções de professor, “sendo já sensível o aproveitamento dos alumnos” (Relatório do Ministro da Guerra, 1886, p.37).

A Sociedade do Asylo dos Inválidos da Pátria cresceu, angariou donativos e aumentou seu patrimônio, comprando o restante da Ilha do Bom Jesus,⁷ a ponto de, em 1885, possuir cerca de 1.744 contos de réis em apólices (FIGUEIREDO e FONTES, 1958).

Numa manobra jurídica, não-homologada pelo governo imperial, a Sociedade fundiu-se, em 1885, com a Associação Comercial, ficando, dessa forma, sub-rogada nos direitos e obrigações (ALVES, 2002, p.313). Entretanto, na República, a citada Associação já não arcava com a obrigação de manter a estrutura do Asylo, que foi se deteriorando, justificando as palavras do general Cantuária:

O edifício deste estabelecimento está reclamando urgentes obras de reparo e segurança. Uma parte mesmo do prédio que serve de quartel aos asylados se acha em tal estado de ruína, que convém o quanto antes providenciar sobre as obras de que precisa, para se evitar alguma desgraça (Relatório do Ministro da Guerra, 1898, p.22).

A partir dessa época, o Asilo foi empobrecendo e perdeu quase toda a Ilha do Bom Jesus, da qual o governo republicano se apropriou, a fim de iniciar as obras da Cidade Universitária do Fundão, em meados da década de 50. Por fim, o Asylo dos Inválidos da Pátria foi oficialmente extinto em 9/06/1976, através do decreto nº 77.801, e suas instalações passaram a ser ocupadas pela Companhia do Comando da 1ª Região Militar.

⁷ A aquisição de prédios e benfeitorias na Ilha do Bom Jesus, que ainda pertenciam a particulares, consta nos Relatórios dos Ministros da Guerra dos anos de 1874, 1878, 1881, 1883 e 1884.

Referências bibliográficas

ANAIS DA CÂMARA DOS SRS. DEPUTADOS E DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, anos indicados.

ALVES, Cláudia Maria Costa Alves. *Cultura e política no século XIX: o Exército como campos de constituição de sujeitos políticos no Império.* Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história.* Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO BRASIL.

COSTA E CUNHA, Antônio de Pádua. *Aspectos estilísticos da poesia de Castro Alves.* Rio de Janeiro: Livraria São José, 1972.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FIGUEIREDO, Antônio Joaquim; **FONTES,** Arivaldo. *Breve introdução à história dos colégios militares.* s.ed., Rio de Janeiro, 1958.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir.* 22. ed. Petrópolis:Vozes, 2000.

_____. “1973 - Sobre o internamento penitenciário”. In: **MOTTA,** Manoel Barros da (org). *Ditos & Escritos IV (Estratégia, Poder-Saber).* Rio de Janeiro: Forense, 2003.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos.* São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

GONDRA, José. *Artes de Civilizar - Medicina, Higiene e Educação Escolar na Corte Imperial.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

HONORATO, Manoel da Costa . *Descrição topographica e histórica da Ilha do Bom Jesus e do Asylo dos Inválidos da Pátria.* s.ed. Rio de Janeiro: Typografia Americana, 1869.

MARTINEZ, Alessandra Frota. *Educar e instruir: a instrução popular na Corte Imperial - 1870 a 1889.* 1997. Dissertação (Mestrado em História Social). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial.* São Paulo: HUCITEC, 2004.

RELATÓRIOS MINISTERIAIS DO IMPÉRIO E DA REPÚBLICA. Disponível em:
<http://www.crl.edu>. Acesso em maio de 2008.

RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial.* Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGHIS, 2004.